

Mulheres na política: Defensoras de SP garantem representatividade no Conselho Superior, com 50% dos quadros eleitos

Após 12 anos de composição predominantemente masculina no Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pela primeira vez na história da instituição mulheres Defensoras Públicas ocuparão 50% das cadeiras de conselheiros/as eleitos/as.

Bruna Simões, Carolina Rangel, Fernanda Bussinger e Marina Hamud venceram as eleições em disputa com colegas Defensores Públicos e tomam posse no próximo dia 25 de maio em sessão do Conselho Superior.

Desde sua criação, em 2006, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo sempre contou com uma atuação política feminina expressiva, considerando que as quatro primeiras gestões foram de Defensoras Públicas Gerais mulheres. Contudo, o colegiado do Conselho Superior não retratava essa mesma realidade.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão deliberativo da instituição, é composto pelo Defensor Público-Geral, que o preside, por 4 conselheiros/as natos/as e 8 conselheiros/as eleitos/as. Nos últimos biênios (2014-2016 e 2016-2018) não havia nenhuma mulher entre os conselheiros eleitos. Nos biênios anteriores (2006-2008, 2008-2010, 2010-2012 e 2012-2014) as mulheres nunca tiveram uma representação tão expressiva, ocupando no máximo 25% das cadeiras de Conselheiros/as eleitos/as, apesar de a carreira de Defensor Público ser composta por quase 50% de mulheres.

Fruto da união de algumas Defensoras que compunham o Coletivo de Mulheres da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, criado no Dia Internacional da Mulher no ano passado (2017), foi criada a chapa ColetivA, com a proposta de imprimir um olhar de gênero à política institucional e impulsionar a participação direta de Defensoras e Defensores na discussão de temas importantes para a instituição. As Defensoras Bruna, Carolina, Fernanda e Marina foram lançadas pela ColetivA com campanha organizada por diversas apoiadoras disputando as eleições deste ano.

A chapa ColetivA, sensível à importância de uma participação ampla, envolveu de forma inovadora diversas Defensoras Públicas nos debates essenciais da carreira, estimulando inclusive Defensoras mães, gestantes e em licença maternidade, que acabavam ficando mais distantes do processo eleitoral.

Fonte: ColetivA de Mulheres da Defensoria Pública de São Paulo